



CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL E NEOLIBERALISMO: uma
breve análise da questão social

CRISIS OF THE STATE OF SOCIAL WELL-BEING AND NEOLIBERALISM:
a brief analysis of the social question

Ranielle Pessoa de Jesus

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

RESUMO

O objetivo deste artigo consiste em discutir o contexto de transição do Estado de Bem-Estar Social para o Estado Neoliberal. Evidenciando a questão social como uma expressão das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Metodologicamente, se trata de um artigo exploratório, delimitada por meio de pesquisa bibliográfica. Tendo por fim compreender as mudanças ocorridas no Estado conferindo uma reflexão sobre a questão social no mundo globalizado.

PALAVRAS-CHAVE: Crise. Estado de Bem-Estar Social. Estado Neoliberal; Questão Social.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the context of transition from the welfare state to the neoliberal state. Evidencing the social question as an expression of the contradictions inherent in the capitalist mode of production. Methodologically, this is an exploratory article, delineated through bibliographical research. Its purpose is to understand the changes that have taken place in the State, giving a reflection on the social question in the globalized world.

KEYWORDS: Crisis. State of Social Well-Being. Neoliberal State. Social Issues.

1 INTRODUÇÃO

Na reconstrução mundial após a Segunda Guerra, o *Welfare State* foi uma das marcas de prosperidade que significava mais do que o abandono da lógica do mercado: defendia a justiça social, a solidariedade e o universalismo, buscava a construção nacional



e a democracia liberal. No entanto, este modelo de aplicação de políticas keynesianas¹ entrou em crise, e muitas das premissas que guiaram a construção do *welfare state* dos países não são mais vigentes (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 73).

O fenômeno da globalização e a geração de uma nova ordem internacional² culminaram no processo de internacionalização do capital, iniciado com a extensão dos empréstimos e financiamentos e generalizando o deslocamento do capital industrial por meio do desenvolvimento das empresas transnacionais. O que Ianni (1995) diz:

Intensificou-se e generalizou-se o processo de dispersão geográfica da produção, ou das formas produtivas [...] tudo isso amplamente agilizado e generalizado com base nas técnicas eletrônicas [...] Globalizaram-se as instituições, os princípios jurídico-políticos, os padrões socioculturais e os ideias que constituem as condições e produtos civilizatórios do capitalismo. (IANNI, 1995, p.47-48)

Nessa conjuntura, as economias abertas e globalizadas nos anos 1990 há maior inflação, o setor de serviços tem papel fundamental na economia em detrimento do setor industrial, a população está envelhecendo e a família convencional está em declínio.

Assim, a tendência passa a ser a uniformização de agendas explícitas de governo, envolvendo uma mesma desregulamentação nos distintos âmbitos das atividades econômicas. Essa tendência está relacionada com a necessidade de harmonização das políticas que afetam o desempenho econômico, cuja unidade de análise, vai deixando de ser o Estado nacional e passando a ser constituída por todos os países.

Então, o tema deste artigo ressalta a importância de compreender que hoje a questão social é a expressão das desigualdades e lutas sociais em suas múltiplas manifestações. Para isso é importante entender o quê culminou para acontecer à crise do Estado de Bem-Estar social que resultou na implantação do neoliberalismo e como tais transformações estruturais desafiam o pensamento tradicional sobre a própria questão social.

2 ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL VERSUS ESTADO NEOLIBERAL

¹ Nos últimos quarenta anos, a extensão do Estado-Providência tem-se desenvolvido sob os auspícios da “equação keynesiana”. Baseia-se ela no princípio, estabelecido por Keynes, da correspondência global entre os imperativos do crescimento econômico e as exigências de uma maior equidade social no âmbito de um Estado econômico e socialmente ativo.

² Expressão utilizada para designar as discussões sobre o que pode ser a organização social e política pós-guerra fria.



2.1 O estado de bem-estar social: do auge à crise

O Estado intervencionista, denominado Estado de Bem-Estar Social, Estado-providência ou *Welfare State*, surgiu como forma de reverter o processo imposto pelo liberalismo e como um prolongamento natural dos direitos civis. Fortaleceu-se e progrediu após a decadência do assistencialismo cristão, como uma resposta natural e necessária a tendência do capital de acumulação e como um movimento para corrigir e compensar os efeitos da política econômica, que causou, nas palavras de Rosanvallon (1997, p22) um “certo desencaixe social”, isto é, um déficit de legitimidade social.

Na América Latina, teve entre suas funções, a redistribuição da renda, a regulamentação das relações sociais e a responsabilidade por determinados serviços coletivos, todos providos pela rede social criada por este tipo de Estado. Essas funções, segundo Rosanvallon (1997), estão assentadas no direito a segurança e tranquilidade que todos os indivíduos têm inclusive aqueles que não possuem propriedade – em contraposição ao modelo liberal que procurava proteger as propriedades –, ou seja, trata-se de mecanismos de proteção social para garantir a cidadania dos indivíduos, sendo realizados por meio da intervenção do Estado. Para Netto (1995), o Estado de Bem-Estar Social foi o

[...] único ordenamento sócio-político que, na ordem do capital, visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação e da valorização capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos (NETTO, 1995, p.68)

Para a formulação de suas políticas, o Estado de Bem-Estar Social teve como base o direito de recursos sociais, saúde e educação para os trabalhadores, aumentando as capacidades políticas e reduzindo as divisões sociais (ESPING-ANDERSEN, 1991).

Na opinião de Esping-Andersen (1991)

[...] a urbanização, surgida com o processo de industrialização, tornou necessária a execução de políticas sociais porque destruiu outras formas de fazer indústria e instituições tradicionais: como a família, a Igreja e a solidariedade corporativa, trazendo o individualismo e a dependência do mercado. Como o mercado em si não é suficiente para promover o abastecimento de todos, surge o Estado de Bem-Estar Social como um meio de administrar bens coletivos, mas é também um centro de poder em si, e por isso tenderá a promover o próprio crescimento (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.91).



É, portanto, um produto inevitável do modo de produção capitalista para atender as necessidades coletivas. Constituídas de programas direcionados em contraposição aos universalistas do antigo modelo liberal, tendo como objetivo a garantia do direito de cidadania de todos os indivíduos. É a desmercadorização do indivíduo, enquanto trabalhador. Quer dizer, os direitos do indivíduo deixam de estar dependentes unicamente do desempenho do seu trabalho para fixar-se nas suas necessidades.

Nesse sentido, de acordo com Vicente (2009) o *welfare state*

[...] entre as décadas de 1940 e 1960, ficou conhecido como “era dourada do capitalismo” por ser um momento de desenvolvimento econômico, com garantias sociais e oferecimento, praticamente, de emprego pelo para a maioria da população nos países desenvolvidos. A expansão industrial, mesmo que com índices diferenciados, tanto acontecia nos países capitalistas como nos socialistas (VICENTE, 2009, p.124)

Assim, o mecanismo central dessa integração foi o consenso que se traduziu num contrato social em que tanto o capital quanto o trabalho ‘cooperavam’ mutuamente.

No entanto, o modelo originado da teoria de Keynes, o Estado de Bem-Estar Social, entra em crise nos anos 1970, sendo questionado porque, enquanto modelo econômico fez aumentar o déficit público, propiciou o crescimento de empresas improdutivas, desestimulou o trabalho e a competitividade, reduziu a capacidade de poupança, além de gerar uma enorme inflação³.

Considerando que as crises do petróleo de 1973 e 1979 interferiram de maneira decisiva no desenvolvimento do fim do Estado de bem-estar social. E somadas à insatisfação das empresas privadas com o modelo de Estado vigente, isto em razão das altas cargas de impostos cobradas pelo Estado de bem-estar social, levaram à consolidação das críticas das correntes defensoras de outras concepções de Estado e sociedade (VICENTE, 2009, p.125).

E isso aconteceu em todos os países que adotaram o modelo de Estado de bem-estar social, como o Brasil. Para Netto (1995), a crise do Estado de bem-estar social veio com a crise do socialismo, culminando, assim, numa crise global. Entretanto, suas consequências foram diferentes. A primeira aponta para a falência do Estado, enquanto

³ Relações Internacionais no mundo atual



ordenador político; a segunda, para a inépcia do capital em promover o crescimento econômico-social em escala ampla e garantir a geração de emprego. A crise do Estado de bem-estar social, de acordo com Netto (1995),

[...] evidencia que a dinâmica crítica desta ordem alçou-se a um nível no interior do qual a sua reprodução tende a requisitar, progressivamente, a eliminação das garantias sociais e dos controles mínimos a que o capital foi obrigado naquele arranjo (NETTO, 1995, p.70).

Quer dizer, o capital não conseguiu compatibilizar seu desenvolvimento com as necessidades das aglomerações humanas. Ao contrário, trouxe ônus à condição humana de existência, qual seja, a crescente diferença entre o mundo rico e o mundo pobre, a ascensão do racismo e da xenofobia, além da crise ecológica.

Para Rosanvallon (1997), a crise nesse modelo de Estado assenta-se principalmente no fato de que a produção diminuiu e as despesas sociais aumentaram. Com a queda, há a diminuição do Produto Interno Bruto (PIB). Levando a uma consequência natural: o aumento das despesas sociais, o qual, não tendo onde se amparar reduziu a capacidade do Estado, pondo em perigo o modelo. Assim o equilíbrio defendido por Keynes deixa de existir, mostrando a ineficiência do Estado em atuar como interventor da economia.

Assim, o Estado de bem-estar social adquiriu a imagem de mau administrador da economia, com a consequente desmoralização e a acusação de ser inoperante, constituindo um empecilho para o progresso econômico (VICENTE, 2009, p.126).

Desse modo, as ideias neoliberais, apareciam como as melhores soluções para aquele momento e para o avanço do capitalismo na disputa com o bloco socialista em plena vigência da guerra fria.

2.2. O retorno do liberalismo: a implantação das ideias neoliberais

O Estado Neoliberal, teoria defendida pelo economista Milton Friedman é uma forma de organização econômica que teve apoio na década de 1970, em face da crise do petróleo, quando se alegava que o denominado “Estado Keynesiano” ou o “Estado de Bem-Estar Social”, havia se transformado num Estado estatizante, coletivista e demasiado grande. A redução do tamanho do Estado é medida que se impõe, de modo



que este deveria ter um papel rigorosamente limitado, notadamente diminuindo sua influência na sociedade e na economia.

O neoliberalismo⁴ preza pelo mercado livre global. Nele as “empresas, corporações e conglomerados transnacionais adquiriram preeminência sobre as economias nacionais” (IANNI, 1995, p.46). Dando sustentação ao processo, uma nova divisão internacional do trabalho e a flexibilização dos processos produtivos em escala mundial.

Desta forma, segundo Draibe e Riesco (2011) entende que:

O novo paradigma promoveu o declínio do Estado Desenvolvimentista e do tipo de desenvolvimento sócio-econômico por ele liderado, assim como implementou alterações substanciais nas estruturas das economias e dos Estados. Mas, em boa medida, reforçou tendências de modernização já em curso no padrão desenvolvimentista anterior; ou seja, sob a direção neoliberal, a transformação da estrutura social, não apenas seguiu como, em muitos países, acelerou-se. (...) sob o Washington Consensus, gerou-se na região um ambiente fortemente favorável as empresas e especialmente aos investidores estrangeiros, mas, ao mesmo tempo, introduziu-se uma sorte de instabilidade intrínsecas nas economias, relacionadas aos altos índices de endividamento, à maior dependência de fluxos financeiros externos e aos sistematicamente modestos níveis de crescimento; modernos padrões de vida foram introduzidos e/ou expandidos na região, incluindo-se serviços sociais diferenciados, voltados, entretanto, para o consumo quase exclusivo dos setores de altos e médios afluentes; no plano dos valores, as mudanças são significativas, assinalado a emergência de novos mapas cognitivos e valorativos referentes aos Estado, à economia, à liberdade, à justiça social, aos papéis e às relações desejáveis entre o Estado, a economia e os indivíduos (...). (DRAIBE e RIESCO, 2011, p. 245-246)

Desta forma, o “protocolo” neoliberal é o Consenso de Washington, um conjunto de políticas voltadas para solucionar problemas da América Latina durante as décadas de 1980 e 1990. Suas recomendações estavam alicerçadas na austeridade fiscal, na privatização e na liberalização de mercado (VICENTE, 2009, p.142).

É sobre o conjunto destas transformações e, em parte, reagindo a elas, que estava sendo definida uma nova agenda social regional, devido à hegemonia neoliberal na América Latina.

3 O DEBATE SOBRE A QUESTÃO SOCIAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

⁴ Quatro ideias principais norteiam o neoliberalismo: liberalização, privatização, desregulamentação e desestatização.



3.1. O que é a questão social?

De acordo com uma parcela de pesquisadores e assistentes sociais vinculados à tradição marxista, afirmam que o aparecimento da questão social é historicamente datado como produto da ordem capitalista.

Segundo Netto (2001, p.42):

Todas as indicações disponíveis sugerem que a expressão “questão social” tem história recente: seu emprego data de cerca de cento e setenta anos. Parece que começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e foi divulgada até a metade daquela centúria por críticos da sociedade e filantropos situados nos mais variados espaços do espectro político.

Iamamoto (2001), também, reforça a importância da historicidade para a análise da “questão social”, destacando a necessidade de consideração da relação entre essa e as configurações assumidas pelo trabalho. Ao debater tal vinculação, afirma que a questão social é consequência do processo de lutas sociais da classe operária.

É fato conhecido que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe do bloco do poder, e, em especial pelo Estado. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos (IAMAMOTO, 2001, p.17).

Outros estudiosos do tema, diferentemente dos autores acima, assumiram o entendimento de que a “questão social” não é um fenômeno historicamente determinado e que, portanto, não estaria diretamente vinculado à formação social capitalista. Entre os que compartilham dessa compreensão, ressaltamos os estudos de Robert Castel (2009), para quem:

A “questão social” é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações e interdependência (CASTEL, 2009, p. 30)



Castel (2009) reconhece que a determinação conceitual da “questão social” é consequência da tomada de consciência das condições de existência das populações que são simultaneamente, os protagonistas e as vítimas da Revolução Industrial. Além disso, admite a importância do pauperismo para a clarividência dada à “questão social” nesse período.

Castel (2009) também promove um debate controverso sobre a ideia de uma “nova questão social”. Outro autor que compartilha dessa hipótese é Pierre Rosanvallon. Embora possuam algumas particularidades, ambos defendem, em síntese, a presença de uma nova configuração da questão social engendrada pelas recentes transformações nas condições de trabalho.

Para Castel (2009), há, atualmente, uma condição de precarização do trabalho composta por um conjunto de fatores, tais como: *a acentuada flexibilização do trabalho; a degradação da condição salarial; a ausência de uma relação direta entre aumento da qualificação e empregabilidade; a desestabilização dos estáveis; a instalação na precariedade; a manifestação de um déficit de lugares*. Dentro dessa perspectiva, o autor afirma que a atual precarização do trabalho, promovida pelas novas exigências tecnológicas e econômicas da evolução do capitalismo moderno, tornou-se um elemento tão fundamental para a constituição de uma “nova questão social” quanto o pauperismo durante a Revolução Industrial.

No entanto, Netto e Yamamoto (2001) refutam a ideia de uma “nova questão social”. Assim, ambos os autores concordam sobre a inexistência de uma “nova questão social”. Segundo Netto (2001), o que temos contemporaneamente é a emergência de novas expressões da “questão social”, que são insuperáveis sem a supressão da ordem capitalista.

A dinâmica específica dessa ordem [capitalista] não só põe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser (NETTO, 2001, p. 48)

Yamamoto (2001) faz uma leitura semelhante ao ratificar o pensamento sobre a existência de “novas determinações histórica da questão social”, complexificadas na sua forma de *expressão*, ao mesmo tempo, em que se radicaliza, espraiando-se sobre as mais distintas dimensões da vida das classes subalternas.



Desta forma, compreendemos que, a despeito da relevância e influência das transformações contemporâneas, os axiomas e as antinomias basilares do capitalismo persistem. Entretanto, a partir desse entendimento devemos estar atentos ao alerta realizado por Netto (2001, p.49), qual seja: “[...] a caracterização da “questão social”, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais”.

3.2. A questão social e as mudanças estruturais promovidas pelo processo de globalização

A compreensão da questão social está relacionada ao debate sobre a ordem social do capitalismo. Ianni (2008) em seu artigo “Globalização e crise do Estado-nação” explica de forma clara as mudanças, pós-guerra fria, promovidas pela intensificação do desenvolvimento do capitalismo, com a projeção do mercado mundial, no qual predominam as empresas, as corporações e conglomerados transnacionais. Daí inicia-se um novo ciclo de globalização do capitalismo.

[...] o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como as corporações transnacionais pressionam estados nacionais a promoverem reformas políticas, econômicas e sócio-culturais, envolvendo amplamente instituições jurídico-políticas, destinadas a favorecer a dinâmica das forças produtivas e relações capitalistas de produção. Esse o clima em que a reforma do Estado se torna palavra de ordem predominante em todo o mundo (IANNI, 2008, p.129).

E nessa nova conjuntura, encontram-se as propostas neoliberais promovidas pelos países capitalistas desenvolvidos, com a intenção de reestruturação do Estado.

Desta forma, segundo Ianni (2008):

Trata-se de promover a desestatização e desregulação da economia nacional; simultaneamente, promover a privatização de empresas produtivas estatais e dos sistemas de saúde, educação e previdência. Além disso, abrem-se os mercados, facilitam-se as negociações e associações de corporações transnacionais com empresas nacionais. Muitas conquistas sociais de diferentes categorias operárias e outros assalariados já foram ou estão sendo redefinidas, reduzidas ou mesmo eliminadas, sempre a partir de palavras de ordem tais como “mercado”, “produtividade”, “competitividade”; com graves prejuízos para os que são obrigados a vender a sua força de trabalho para viver ou sobreviver. (IANNI, 2008, p. 130).



O que se verifica diante dessas mudanças estruturais é “uma crescente e generalizada dissociação entre o Estado e a Sociedade Civil”, pois com a dissolução de projetos nacionais acaba o laço que aproximava Estado e sociedade civil.

A partir disso, a globalização do capitalismo envolve uma nova divisão do trabalho. A internacionalização da indústria parece ter-se convertido em um aspecto permanente do sistema econômico mundial. Na qual promove a globalização de grupos e classes dominantes e promove a globalização de grupos e classes assalariados.

Sim, sob o neoliberalismo, quando se dá a dissociação entre Estado e a sociedade civil, o Estado adquire todas as características de um aparelho administrativo das classes e grupos dominantes, ou dos blocos de poder predominantes em escala mundial (IANNI, 2008, p. 132).

E esse processo fica bastante evidente na América Latina, especificamente no Brasil, que se mostra na incapacidade do Estado de fazer face ao desemprego estrutural e ao agravamento da questão social, principalmente, com a diferenciação dos grupos da população colocando na condição de “outros”, “diferentes”, “não integrados”.

Talvez se possa afirmar que a dissociação Estado e sociedade civil seja algo congênito, algo inerente à questão nacional, já que a nação sempre foi, e continua a ser, um processo histórico-social problemático. A novidade, na época da globalização do capitalismo, quando o neoliberalismo se torna a prática e ideologia predominante em escala mundial, é que essa dissociação adquire profundidade e extensão sem precedentes, transformando amplos setores da sociedade civil em deserdados, não só de condições e possibilidades de soberanias e hegemonias, mas também de bases sociais indispensáveis à sobrevivência. (IANNI, 2008, p.133-134)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob essas novas condições a questão social se globaliza, pois ela não vai se situar apenas nos países em desenvolvimento e pobres, mas também nos países desenvolvidos, industrializados: proletarização, pauperismo e lumpenização⁵; carências habitacionais, de saúde, alimentação, educação e transporte; formação de guetos, de subclasses;

⁵ É do termo alemão “lumpenproletariat” que significa seção degradada e desprezível do proletariado, ou seja, uma população socialmente a baixo do proletariado.



desemprego cíclico e estruturais; xenofobias, etnicismo, fundamentalismos. Assim, formam-se algumas condições básicas do novo movimento operário e do sindicalismo no limiar do século XXI.

Desta forma, percebe-se que a reforma do Estado é uma reforma administrativa para pior, provocando a disseminação ainda mais das desigualdades e os problemas sociais aumentam. O apoio à globalização da economia, afinal, não trouxe uma sociedade mais justa, cooperativa e igualitária para todos. Se o Estado de Bem-Estar Social não conseguiu solucionar todos os problemas de natureza econômica, ao menos possuía uma preocupação social em suas ações.

REFERÊNCIAS

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 8ª edição. Petrópolis: Vozes, 2009.

DRAIBE, Sônia M.; RIESCO, Manuel. **Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina**. Um novo desenvolvimentismo em gestação? Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 220-254.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. **Lua nova**, São Paulo, 1991.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1995.

_____. **Globalização e crise do Estado-nação**. Estudo de Sociologia. 2008. <http://www.bibliotecadigital.fvg.br>

IAMAMOTO, Marilda. **A questão social no capitalismo**. In: Temporalis, 3. Brasília: ABEPSS, 2001.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e a ofensiva neoliberal**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. In; Revista Temporalis, 3. Brasília: ABEPSS, 2001, p.41-51.

RONSAVALLO, Pierre. **A crise do Estado-providência**. Tradução de Joel Pimentel de Ulhôa. Goiânia: Editora da UFG; Brasília: Editora da Unb, 1997.

_____. **A nova questão social: repensando o Estado Providência**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

VICENTE, M.M. **A crise do Estado de bem-estar social e a globalização: um balanço**. São Paulo: editora UNESP. 2009. 214p. Scielo books <http://books.scielo.org>.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí

